

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 16

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO
ANFIP

7 de abril: menos fake news, mais jornalismo (Artigo) 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Candidatos não podem se omitir (Editorial) 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo avalia cortar incentivo a refrigerante para compensar Refis de MEIs 5

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Acabamos com a figura do tradicional contrato de câmbio, do formulário" 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A mistificação tributária em proveito próprio (Artigo) 8

O POPULAR - GO - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Goianos podem doar até R\$300mi do seu IR a crianças e idosos 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo planeja dar fim a contribuição sobre folha 11

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Apenas destine 3% do Imposto de Renda (Editorial) 12

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

FGTS: trabalhadores domésticos terão direito a saque extraordinário de até R\$ 1 mil
..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

De olho na eleição, Senado deve segurar reforma tributária 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Veto à Lei Paulo Gustavo deve cair 15

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pela extinção do IOF (Artigo) 16

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após 'manobra', votação da tributária é adiada na CCJ 17

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Contas públicas: um trabalho a recuperar e aplicar (Artigo) 18

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Impactos da guerra nos investidores brasileiros (Artigo).....	20
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Sem taxa extra para as contas de luz.....	21
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
A inflação global aponta para recessão - CELSO MING.....	22
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Com medida, FGV vê queda de inflação em maio.....	24
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
A pandemia de inflação (Editorial).....	25
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Fed indica alta de 0,5 ponto dos juros e mexe com dólar e Bolsas.....	26
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Risco de alta maior de juros nos EUA faz dólar subir forte.....	27
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Desemprego abaixo de 10% nem em 2026, diz Ibre.....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Pressão global leva bancos a nova onda de revisões para cima no IPCA.....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Federal Reserve buscará aperto maior e mais rápido (Editorial).....	30

7 de abril: menos fake news, mais jornalismo (Artigo)

Vilson Romero

Jornalista, vice-presidente da Associação Riograndense de Imprensa (ARI) e conselheiro e membro da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e dos Direitos Humanos da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

Em Laigueglia, comuna italiana da região da Ligúria, nasceu, em 1798, Giovanni Battista Libero Badaró, médico, jornalista e político, que aportou no Brasil em 1826. Radicado em São Paulo, se destacou como defensor do liberalismo, além de fundar em 1829 o jornal O Observador Constitucional, do qual foi o principal redator até ser assassinado com uma carga de bacamarte, numa emboscada perto de sua casa, em novembro de ano seguinte.

Reza a lenda que, nos seus derradeiros suspiros, pronunciou uma frase eternizada como símbolo da defesa da liberdade de imprensa: "Morre um liberal, mas continua a viver a liberdade". Em sua lembrança, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), fundada em 7 de abril de 1908, instituiu, em 1931, o Dia do Jornalista, saudando o trabalho dos profissionais responsáveis por apurar fatos e levar a informação imparcial e ética a todos os cidadãos.

Seja naquela época, nos jornais impressos, como nas diversas formas de comunicação social que foram surgindo e se aperfeiçoando nestes mais de 100 anos, rádio, televisão ou Internet, o jornalista atua primando sempre pela imparcialidade e confiabilidade de suas fontes de informação. Ou, pelo menos, deveria. E, neste ano da graça de 2022, já vivemos momentos preocupantes para a profissão do bem informar, tensionados pelo período eleitoral, com polarização, radicalização e o pântano da "terra de ninguém" no qual se transformou a Internet e suas "famigeradas" redes sociais e grupos de mensagens.

O aumento de 21,69% no número de profissionais e veículos de comunicação que sofreram algum tipo de ataque em 2021, já constatado pela Abert em seu Relatório sobre Violações à Liberdade de Expressão, assim como os mais de 5,5 mil processos judiciais contra publicações e jornalistas contabilizados pelo projeto Ctrl+X, da Abraji, nos dão uma amostra do quão difícil é e seguirá sendo a atuação dos comunicadores. Só no ano passado, a Fenaj já havia

denunciado 430 agressões a jornalistas e a veículos, com o presidente da República sendo o responsável por 147 casos (34,19% do total), entre tentativas de descredibilização da imprensa e agressões verbais a jornalistas.

Por todas estas condições de risco vivenciadas pelos profissionais da comunicação é que saudamos neste dia 7 de abril todos aqueles que ainda se esforçam, se dedicam na busca da notícia cotidiana no bairro, na cidade, no estado ou região, transmitindo-a à sociedade em geral, evitando a desinformação e o obscurantismo das comunidades sem imprensa livre. Neste Dia do Jornalista, "menos "fake news e mais jornalismo", como um dos lemas de nossa Associação Riograndense de Imprensa (ARI).

Notícias Relacionadas:

DIÁRIO POPULAR ONLINE - PELOTAS - RS
7 de abril: menos fake news, mais jornalismo

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=logon&edicao=10301>

Candidatos não podem se omitir (Editorial)

correio braziliense

Está clara a falta de disposição do Congresso em levar adiante a **reforma tributária**. Ontem, mais uma vez, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado frustrou os planos de votação do relatório da PEC 110, elaborado pelo senador Roberto Rocha (PTB-MA). Os parlamentares estão atuando no modo eleição, e acreditam que o desgaste proporcionado pelas discussões em torno do sistema de **impostos** não combina com quem precisa de votos para garantir mais um mandato.

A **reforma tributária** está em discussão no Brasil há mais de 30 anos. Por melhores que fossem as propostas apresentadas, nada avançou diante dos interesses dos entes públicos e do setor privado. Cada um olhando para seu próprio umbigo, sem uma visão de país. Projetos que começam bons, como é o caso da PEC 110, acabam se transformando em "monstros", como ressalta o tributarista Heleno Torres, professor da Universidade de São Paulo (USP).

A seis meses das eleições presidenciais, chama a atenção que nenhum dos pré-candidatos à Presidência da República tenha levantando a voz em favor de uma ampla revisão do regime tributário brasileiro, que, sabe-se, é complementamente arcaico, complexo e injusto. Da forma como os **impostos** estão estruturados, são os mais pobres os que, proporcionalmente, mais pagam **impostos**. O Brasil optou por tributar pesadamente o consumo em detrimento da renda.

Na avaliação da professora Tathiane Piscitelli, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de São Paulo, é inconcebível que, até hoje, o país não tribute lucros e dividendos, mecanismos usados pelos mais ricos para engordar suas fortunas, o que acaba ampliando as desigualdades sociais. Ela também acredita que é preciso ampliar as faixas mais altas da tabela do Imposto de Renda para fisgar os que ganham mais. Enquanto, no Brasil, a maior alíquota do IR é de 27,5%, na Argentina chega a 35% e, na Colômbia, a 39%.

Ex-secretário da **Receita Federal**, Marcos Cintra alerta que o país não pode mais conviver com tantas frustrações. E defende que a **reforma tributária** deve atender a todo mundo, não apenas a grupos que têm maior poder de barganha. Foram justamente os lobbies dos que falam mais alto que acabaram criando

um sistema que, em vez de incentivar os negócios, emperra toda a economia do país. Não por acaso, o Brasil cresce tão pouco há décadas.

Portanto, é de vital importância que os candidatos à Presidência assumam, publicamente, o que pensam em relação ao sistema de **impostos** do país. O que pretendem propor ao Congresso? Historicamente, o presidente eleito tem uma janela de oportunidade para levar adiante temas polêmicos. Assim como o debate sobre a Previdência estava maduro quando Jair Bolsonaro saiu vitorioso das urnas, o que facilitou a aprovação da reforma das aposentadorias, também se sabe tudo o que precisa ser feito para que o regime de **impostos** se torne mais palatável. Não há que se reinventar a roda.

Os primeiros 100 dias do próximo governo devem ser focados em desatar todos os nós que atravancam o país. Um deles é a **reforma tributária**. Isso vale para governadores, seguindo o sistema federalista que prevalece no Brasil. Passou da hora de o país desperdiçar energia com o que não é importante. A sociedade não pode permitir mais anos de atraso, afinal, é sempre ela a maior perdedora quando prevalecem o descaso e os interesses escusos.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Visão do Correio: Candidatos não podem se omitir

Governo avalia cortar incentivo a refrigerante para compensar Refis de MEIs

brasília O governo Jair Bolsonaro (PL) avalia cortar o incentivo tributário de fabricantes de concentrados de refrigerantes instalados na Zona Franca de Manaus. A medida compensaria parte da renúncia decorrente do programa de renegociação de dívidas de MEIs (microempreendedores individuais) e pequenas empresas do Simples Nacional.

A primeira opção do governo era elevar a tributação dos bancos. Como mostrou a Folha, a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) dessas instituições, hoje em 20%, poderia subir para um patamar entre 21% e 23%, mas a iniciativa enfrenta forte oposição da Febraban e pode acabar de fora do cardápio de medidas.

A compensação é uma exigência da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que as adesões dos contribuintes são feitas mediante descontos em multas e juros. A **Receita Federal** calcula uma renúncia próxima de R\$ 500 milhões.

Segundo fontes do governo, Bolsonaro está contrariado com a bancada de parlamentares do Amazonas, a quem atribui a articulação por trás de uma ação judicial que busca derrubar o corte linear de 25% no IPI - medida encampada pelo presidente como bandeira positiva de seu mandato.

O Planalto insiste no corte do benefício dos refrigerantes para passar um recado à bancada, que tem entre seus integrantes o senador Omar Aziz (PSD-AM) - com quem Bolsonaro também antagonizou quando o parlamentar presidiu a CPI da Covid-19.

No entanto, a redução parcial do incentivo deve gerar uma receita próxima de R\$ 178 milhões. Ou seja, é insuficiente para compensar, sozinha, a renúncia com o programa voltado aos pequenos empresários.

Por isso, o governo ainda não descartou completamente alguma elevação na CSLL dos bancos.

Idiana Tomazelli

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49873&anchor=6453571&pd=10255aa03d9bc3ada348df39ee4>

da498

"Acabamos com a figura do tradicional contrato de câmbio, do formulário"

O BC permitirá que pessoa física abra conta em dólar?

Não temos intenção de permitir que pessoas físicas tenham conta em dólar no País. Mesmo porque há outras implicações em que sequer pensamos.

Por exemplo, qual seria o relacionamento do banco com o BC, que opera em real? Como também, do nosso ponto de vista, não há nenhuma expectativa de a **Receita Federal** fazer alguma regulação da lei cambial.

Quem será beneficiado?

O BC, em nenhum momento, pensou em fazer nada de diferente do que já existe para conta em dólar no País. Alguns segmentos são autorizados a ter conta em dólar no País, como seguradores e a indústria do petróleo e segmentos do mercado financeiro. São casos a casos que vamos autorizando conforme a demanda e a necessidade.

Em janeiro (antes da vigência da lei), o CMN (Conselho Monetário Nacional) aprovou dois casos para empréstimos de organismos internacionais a Estados e municípios e à indústria de petróleo.

O que a economia ganha com essa reforma?

Havia uma confusão na legislação cambial que trazia muita insegurança para os atores desse mercado, importador, exportador e sistema financeiro.

Tínhamos um decreto de 1920 que tratava do jogo de câmbio e ainda estava em vigor. Transformamos 440 artigos em 29. A nova lei traz muito mais clareza, eficiência, efetividade e segurança às transações.

Qual a maior vantagem?

Flexibilidade para a contratação de câmbio. Esse é um aspecto que é muito importante e que terá muita reverberação (na economia). Acabamos com a figura do tradicional contrato de câmbio, do formulário-padrão.

A formalização será entre as partes. O que vamos exigir é que alguns tipos de informação estejam presentes. Isso elimina uma burocracia imensa, principalmente para aquelas operações de baixo valor

e eventuais.

A legislação atual (que acaba no fim do ano) exige uma série de informações ao contrato que não faz sentido para cada operação.

Novos instrumentos de negócios podem surgir?

O mercado tem poucos participantes, e esse sempre foi um segmento em que temos muita dificuldade de dar curso ao processo de inovação. A nova lei abre uma avenida para trabalhar novas tecnologias e modelos de negócios que a legislação antiga não permitia. Hoje, existe um processo de remessas de recursos para o exterior avançando muito rápido e que tinha muita dificuldade de operar.

Para cooperativas de crédito, também não tínhamos espaço para regulamentar. Empresas de leasing também não. A lei dá mais musculatura para os modelos de negócio. O mercado vai começar a demandar o BC. É o que aconteceu com o open banking (compartilhamento de informações dos clientes entre os bancos) e o Pix (sistema de pagamentos instantâneo).

Como ficará a classificação da finalidade da operação?

Hoje, cabe às instituições financeiras classificar pelo cliente.

É uma grande dificuldade porque, se ela classifica, por exemplo, como pagamento de mensalidade de curso e, na verdade, o cliente mandou o dinheiro para comprar outra coisa, a instituição é punida. O que estamos pensando é definir que a responsabilidade pela classificação seja do cliente.

Há risco de dolarização da economia brasileira?

Não é nosso objetivo, e não vai acontecer. A lei vai favorecer investimentos privados no País, não só financeiros, mas de infraestrutura.

Vem para a melhoria do ambiente de negócios.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A mistificação tributária em proveito próprio (Artigo)

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da Receita Federal (1995-2002)

Nada é tão propício para mistificação do que explorar conceitos inacessíveis a leigos, respaldados por "teorias" que, embora elegantes, não têm validação empírica ou são meras fabulações extraídas de realidades intransponíveis.

Essa mistificação é um eficaz veículo para dar curso a interesses próprios ou patrocinados, especialmente quando incide sobre temas que atraem rejeição social, como a tributação, no clássico ensinamento de Ives Gandra.

O primeiro estágio da mistificação é difundir chavões autodifamatórios que prosperam facilmente ante a existência de problemas reais. O propósito, entretanto, não é resolver os problemas, mas dar curso às "teorias" mediante saltos lógicos que as articulam com os chavões e os problemas.

O estágio seguinte consiste em edulcorar as teorias com generalidades reluzentes, como simplificação, neutralidade e justiça fiscal, que todos em princípio sancionam, mas cuja consecução não é tarefa trivial.

Assim, são esgrimidas soluções pueris, como juntar **tributos** para simplificar, eliminar incentivos fiscais para conferir maior neutralidade ou aumentar alíquotas nominais na tributação da renda para aumentar a justiça fiscal.

A realidade é, entretanto, complexa, e corre o risco de tornar-se ainda mais se adotadas determinadas soluções.

Há uma farta coleção de exemplos que abonam esse entendimento, aqui e lá fora.

Como assinala James Hines Jr. em *Perils of Tax Reform*: "É sempre tentador reformar o sistema tributário, porque os **impostos** estão cronicamente precisando de reformas".

O Brasil não foge à regra. Aqui, como em todos os países, sempre haverá o que reformar em relação à matéria.

Reformas tributárias devem começar pela adequada

formulação dos problemas e suas possíveis soluções, e não pela discussão de pretensas soluções, estigmatizadas por uma pirandelliana busca por seus desconhecidos problemas.

A partir daí é que se constroem as convergências possíveis.

A Espanha constituiu, no ano passado, uma comissão integrada por grandes especialistas para explorar os problemas tributários do país em um olhar prospectivo. A comissão apresentou, em fevereiro, o Libro Blanco sobre la Reforma Tributaria, notável trabalho que servirá de paradigma para as discussões.

Essa opção sensata contrasta com a pressa e a superficialidade como o tema é debatido no Brasil, a exemplo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 110/2019, em tramitação no Senado, sem que sequer sejam conhecidas suas repercussões e identificados os virtuais beneficiários.

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da **Receita Federal** (1995-2002)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Goianos podem doar até R\$300mi do seu IR a crianças e idosos

Lucia Monteiro

Pouca gente sabe que o contribuinte brasileiro pode fazer doações aos Fundos da Criança e do Adolescente e do Idoso diretamente na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (Dirf), sem gastar nada do próprio do bolso. É possível destinar até 6% do imposto devido, mesmo quando houver restituição a receber. Mas, em 2021, apenas R\$ 6 milhões foram doados em Goiás, para um potencial estimado em R\$ 230 milhões. Para este ano, a estimativa da **Receita Federal** é de um potencial de R\$300 milhões no estado.

Os beneficiados podem ser o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fecad), o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (Fedpi/GO), ou outro fundo municipal, desde que ele tenha sido cadastrado na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República até 15 de outubro do ano passado. Dos 246 municípios goianos, 186 estão aptos a receber doações pelos Fundos da Criança e Adolescente e 54 pelos Fundos do Idoso.

No ato da declaração, o próprio sistema mostra a lista dos municípios com fundos aptos a receber as doações e calcula o valor máximo que pode ser doado. O contribuinte escolhe o fundo de sua preferência e terá o valor subtraído do imposto a pagar ou acrescido na sua restituição,

dependendo da situação. No caso de restituição a receber, a pessoa faz o recolhimento e, quando ela ocorrer, o valor é devolvido corrigido pela taxa Selic.

Apesar do grande potencial de recursos que podem ser doados, as doações realizadas por pessoas físicas têm alcançado apenas de 2% a 3% do total que poderia ser arrecadado se todos os contribuintes utilizassem o incentivo fiscal. O supervisor do Programa do Imposto de Renda da **Receita Federal** em Goiânia, Jorge Francisco Martins, informa que um levantamento revelou que o potencial de doação em Goiás era de R\$ 230 milhões em 2020, mas as destinações somaram apenas R\$2,3 milhões. No ano passado, foram destinados R\$ 6 milhões.

Na tentativa de elevar este valor, a **Receita Federal** tem feito palestras informativas em todo estado. "É importante ressaltar que o contribuinte não tira nada

de seu próprio bolso. Se tiver imposto a pagar, o valor doado é descontado dele. Se tiver restituição a receber, recolhe a doação e, depois, tem o valor devolvido junto com a restituição", explica Jorge.

Para ele, o número de doações só não é maior por desconhecimento das facilidades e benefícios. Ao invés de mandar todo o montante do IR para o caixa único da União, o contribuinte garante que parte seja aplicada em projetos de apoio a crianças, adolescentes e idosos.

"Além disso, ele pode beneficiar uma instituição que pode fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos", ressalta.

O administrador aposentado Edi Wilson Vitorino Soares faz parte do grupo Conecta do Bem, que apadrinha projetos sociais e incentiva a doação aos fundos com os recursos do IR entre os amigos. Atualmente, eles beneficiam fundos de Goiânia e Itumbiara. Ele lembra que, em 2019, Itumbiara tinha um potencial estimado de R\$ 4,1 milhões em doações, mas menos de R\$ 17,5 mil foram repassados. Em Goiânia, o grupo já responde por metade dos repasses. "No ano passado, só nosso grupo destinou este valor aos fundos do município. Não entendo porquê o volume doado é tão pequeno se a pessoa não tira nada do bolso. Só repassa o que já vai pagar".

PRORROGAÇÃO

A **Receita Federal** prorrogou para o dia 31 de maio de 2022 o prazo final para a entrega da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda. Jorge Francisco Martins informa que a prorrogação é resultado de uma demanda apresentada, principalmente, por contadores. De acordo com a Receita, objetivo é diminuir eventuais efeitos da pandemia da Covid-19 que possam dificultar o preenchimento e envio das declarações, pois alguns órgãos e empresas ainda não estão com os serviços de atendimento totalmente normalizados.

Site: <https://opopular.com.br/digital/07-abril-2022/1o-caderno>

Dinheiro bem destinado

Contribuinte não vai desembolsar nenhum valor para fazer a destinação aos fundos da criança e adolescente e do idoso

COMO FAZER SUA DOAÇÃO DIRETO NA DECLARAÇÃO

- 1** Abrir a ficha de "Doações Diretamente na Declaração" e escolha entre a aba de Crianças e Adolescentes e Idosos.
- 2** Clique em **Novo**, escolha o tipo de fundo (nacional, estadual, municipal) e informe o valor (respeitando os limites de 3% e 6%). E clique em **Ok**.
- 3** O programa da declaração emitirá um **Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais)** para o pagamento da doação ao fundo beneficiário indicado, no valor informado pelo declarante e com código de receita **3351**.

SIMULAÇÃO DE DOAÇÕES

Exemplo de declaração 1

- Base de cálculo **R\$ 74.299,37**
- Imposto devido **R\$ 10 mil**
- Imposto retido na fonte **R\$ 13 mil**
- Restituição inicial **R\$ 3 mil**
- Valor que pode ser destinado ao Fundo Estatuto da Criança e Adolescente **R\$ 300**
- Valor que pode ser destinado ao Fundo do Idoso **R\$ 300**
- Restituição a receber **R\$ 3.600,00**

Exemplo de declaração 2 (produtor rural)

- Receita bruta total **R\$ 2 milhões**
- Despesa com custeio e investimento **R\$ 1,2 milhão**
- Resultado tributável (20% da receita bruta) **R\$ 400 mil**
- Imposto devido **R\$ 100 mil**
- **Darf 1** - Valor que pode ser destinado ao Fundo Estatuto da Criança e Adolescente **R\$ 3 mil**
- **Darf 2** - Valor que pode ser destinado ao Fundo do Idoso **R\$ 3 mil**
- **Darf 3** - Valor do imposto recolhido à união **R\$ 94 mil**

Fonte: Receita Federal

Governo planeja dar fim a contribuição sobre folha

Brasília - A equipe econômica prepara um projeto de lei que prevê o fim da contribuição sobre a folha de pagamentos das empresas que financia o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), disse uma fonte com conhecimento direto do assunto.

Atualmente, empresas urbanas e rurais pagam 0,2% sobre sua folha de salários a título dessa contribuição, chamada Cide-Incra.

Em condição de anonimato, a fonte pontuou que a ideia era trabalhada há tempos dentro do ministério.

Ela se alinha ao discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, de reduzir os encargos sobre as empresas sob a justificativa de que eles encarecem e inibem a criação de empregos formais.

"A proposta é meritória e vai ao encontro da necessidade de desonerar a folha de salários, colaborando, desse modo, com a redução do custo Brasil", afirmou documento interno sobre a medida visto pela Reuters.

Enquanto busca a reeleição e tenta atenuar os efeitos da **inflação** de dois dígitos sobre os brasileiros, o governo do presidente Jair Bolsonaro tem se engajado em medidas de redução tributária num momento em que a arrecadação bate recordes mensais, ajudada por fatores como a alta no preço do petróleo.

A avaliação técnica no Ministério da Economia é de que o Incra não seria ameaçado pela medida uma vez que há outras fontes de receita que continuariam sendo canalizadas para o instituto, como a contribuição de 2,5% sobre a folha mensal dos empregados de algumas indústrias específicas, incluindo cana de açúcar, laticínios e matadouros de animais.

Procurado, o Ministério da Economia não se manifestou imediatamente.

O Incra afirmou que seu orçamento não discrimina na fonte referente a contribuições sociais o valor correspondente à Cide.

"Em caso de extinção da contribuição, o orçamento poderá ser compensado por outra fonte do orçamento geral da União", disse.

Segundo dados da **Receita Federal**, a arrecadação total de outras entidades e fundos repassada ao Incra em 2021 somou R\$ 1,9 bilhão.

(Reuters)

Apenas destine 3% do Imposto de Renda (Editorial)

Nós, que efetuamos a Declaração do Imposto de Renda pelo Modelo com Deduções Legais (antigo modelo Completo), de modo geral, possuímos um lar, uma família, um melhor padrão de vida, maior renda mensal, maior tranquilidade financeira, mais conforto, maiores possibilidades de viagens e investimentos, enfim, condições muito melhores em todos os sentidos em relação às pessoas menos favorecidas.

Partindo dessa premissa, surge a pergunta: o que faço para ajudar o próximo, em especial as crianças carentes, que não têm uma família, são órfãs de mãe e pai? Devemos nos questionar com frequência e fazer algo em prol do futuro do Brasil que são as crianças. A resposta é muito simples: basta você reservar 3% do imposto devido na sua declaração de imposto de renda com deduções legais e destiná-lo para a cidade de sua preferência.

Melhor ainda é saber as vantagens que você obterá: a) o aplicativo da **Receita Federal do Brasil** calcula o valor máximo de forma automática, informando ainda se você pode ou não fazer a destinação; b) se a sua declaração resultar em restituição, você a receberá acrescida da atualização Selic; c) se resultar em valor a pagar, esse montante será deduzido do valor final a pagar.

Portanto, temos que exercer o nosso compromisso e o direito de cidadão brasileiro, efetuando a declaração do IRPF, mas também podemos olhar para o nosso interior e exercer o espírito de solidariedade, de humanidade e de compaixão com essas crianças e jovens tão necessitados, muitas vezes acolhidos por entidades sociais, as quais lutam com grandes dificuldades para sobreviver e necessitam muito de recursos para dar um pouco de dignidade, educação e conforto a essas pessoas.

A oportunidade para destinar um pouco, sem desembolsar 'um único centavo' do Imposto de Renda agora é até o dia 31 de maio, data prorrogada para a entrega da declaração do IRPF.

Faça você a diferença!

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=4695>

FGTS: trabalhadores domésticos terão direito a saque extraordinário de até R\$ 1 mil

Por g1

Empregadas domésticas, assim como os demais trabalhadores com carteira assinada que têm contas ativas e inativas no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), vão poder sacar até R\$ 1 mil desse dinheiro a partir do próximo dia 20.

O dinheiro das contas do fundo - um direito do trabalhador com carteira assinada - só pode ser sacado, em geral, em situações específicas, como na demissão sem justa causa, na compra da casa própria ou na aposentadoria. Mas, no último mês, o governo publicou Medida Provisória liberando o saque extraordinário.

LEIA MAIS:

Governo anuncia antecipação do 13º de aposentados do **INSS** e saque de R\$ 1 mil do FGTS Empréstimo consignado: margem volta a subir para 40% para beneficiários do **INSS** FGTS: quem tem direito, quando pode sacar, qual o rendimento? Entenda

Consultas a partir de sexta

A partir de sexta-feira (8), o trabalhador já poderá conferir o valor que vai poder sacar e a data que o dinheiro vai ser liberado pelo aplicativo do FGTS ou pelo site.

No site da Caixa, é preciso informar o NIS (PIS/Pasep), que pode ser consultado na carteira de trabalho ou em algum extrato antigo que o trabalhador tenha, e usar uma senha cadastrada pelo próprio trabalhador. É possível usar ainda a Senha Cidadão. A página oferece a opção de recuperar a senha, mas é preciso informar o NIS. Clique aqui e veja como consultar o número do PIS/NIS.

Já o aplicativo pode ser baixado nos seguintes links:

Celulares Android (clique aqui para baixar) Celulares iOS - Apple (clique aqui para baixar)

De acordo com a Caixa Econômica Federal, cerca de R\$ 30 bilhões serão liberados para aproximadamente 42 milhões de trabalhadores com direito ao saque.

O pagamento começa no dia 20 de abril e vai até 15

de junho, de acordo com o mês de nascimento do trabalhador. Os primeiros a receber serão os nascidos em janeiro, a partir de 20 de abril. A retirada será possível até o dia 15 de dezembro.

O governo federal divulgou o seguinte calendário, dividido por mês de nascimento:

Qualquer pessoa que tiver conta vinculada do FGTS, ativa ou inativa, poderá sacar. Leia mais aqui

Como pedir o saque?

Não será preciso solicitar. O dinheiro vai ser disponibilizado automaticamente na conta do trabalhador no Caixa Tem. Leia mais aqui

Se o beneficiário não tiver uma conta no Caixa Tem, a Caixa Econômica Federal vai abrir uma conta em nome do trabalhador automaticamente.

O aplicativo pode ser baixado pelo celular:

Clique aqui para baixar o app para celulares Android Clique aqui para baixar o app para celulares iOS (Apple)

Clique aqui para ver como fazer o login e usar o aplicativo

A movimentação do valor do saque emergencial poderá, inicialmente, ser realizada por meio digital com o uso do aplicativo Caixa Tem.

Após o crédito dos valores na conta poupança social digital, já será possível pagar boletos e contas ou utilizar o cartão de débito virtual e QR code para fazer compras em supermercados, padarias, farmácias e outros estabelecimentos, por meio do aplicativo.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/07/fgts-trabalhadores-domesticos-terao-direito-a-saque-extraordinario-de-ate-r-1-mil.ghtml>

De olho na eleição, Senado deve segurar reforma tributária

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

O Senado deve enterrar a **reforma tributária** para evitar perdas em ano eleitoral, de acordo com líderes da Casa. O movimento ficou mais explícito ontem, quando senadores deixaram de registrar presença na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e impediram a votação no colegiado.

A proposta foi adotada pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mas nos bastidores ele admite não ter votos para aprovar a medida.

Parlamentares dizem que, mesmo se o texto passar no Senado, não há chances de votação na Câmara.

De forma geral, senadores resistem à reforma diante do temor de perdas na arrecadação de Estados e municípios e do impacto em setores como o de serviços. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2019 cria um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) Dual para unificar **impostos** federais e um imposto único de Estados e municípios. A maior resistência vem das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Senadores do Amazonas temem perdas para o Estado, por causa da Zona Franca de Manaus, área que produz mais do que consome. Prefeitos de capitais e de outras grandes cidades são contra unificar o Imposto Sobre Serviços (ISS), principal fonte de arrecadação desses municípios, com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos Estados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Veto à Lei Paulo Gustavo deve cair

Vandson Lima De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187185

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187185

Pela extinção do IOF (Artigo)

Maílson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda, é sócio da Tendências Consultoria.

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187185

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187185

Após 'manobra', votação da tributária é adiada na CCJ



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Senador Davi Alcolumbre ficou incomodado com a decisão da CCJ

LUCYENNE LANDIM

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado adiou mais uma vez a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**. O tema está na pauta desde fevereiro, quando o relatório foi apresentado, e passaria por uma nova tentativa de votação ontem, mas a sessão foi cancelada. Esse foi pelo menos o terceiro adiamento da votação.

Visivelmente irritado, o presidente do colegiado, senador Davi Alcolumbre (União-AP), alegou a "nítida" falta de quórum na sessão para avançar no debate do projeto. Dos 54 integrantes da comissão entre titulares e suplentes, apenas seis senadores registraram presença.

Eram necessárias pelo menos 14 presenças para o início da discussão.

O relator do assunto, senador Roberto Rocha (PTBMA), foi um dos ausentes.

Ele foi ao Senado ontem, mas chegou no momento do cancelamento da sessão e recuou, sem marcar presença.

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), afirmou que a sessão dessa quarta foi uma "manobra" dos senadores contrários à **reforma tributária** e

defendem o arquivamento da pauta.

"Os senadores que são contra a PEC 110 resolveram não dar quórum, não registrar presença. Ficou muito claro hoje que a maioria da CCJ não apoia a PEC. Ela provavelmente será destinada ao arquivo, que é o lugar dela", frisou Guimarães.

A principal polêmica acusada pelos senadores é de que a PEC cria os **impostos**, mas deixa medidas, como a definição de **alíquotas**, para serem definidas por meio de lei complementar, que tem um rito de aprovação mais rápido.

Um dos movimentos para que a análise da PEC fosse adiada, sem previsão de novo debate, é a acusação de senadores do Amazonas de que as mudanças vão aumentar a carga e prejudicar a Zona Franca de Manaus.

Titular do colegiado, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) admitiu que, junto ao senador Omar Aziz (PSD-AM), conversou com os parlamentares sobre a "sobretaxação" que a proposta pode causar.

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16625>

Contas públicas: um trabalho a recuperar e aplicar (Artigo)

Roberto Macedo

É sabido que a situação das contas públicas brasileiras é lastimável. Cronicamente desequilibradas nos seus aspectos econômico-financeiros, levam a endividamento exagerado, que paga juros altos, prejudica o crescimento econômico e alimenta incertezas quanto à solvência da dívida pública, o que inibe investimentos privados e repercute negativamente sobre mercados como o de câmbio. Os **impostos** carecem de reformas - projetos nessa linha existem, mas a coisa não anda ou anda mal. E, do lado das despesas, elas só tendem a aumentar, e sem os cuidados necessários quanto à sua eficácia e eficiência.

Essa questão fiscal é o grande nó que emperra a gestão governamental e prejudica o avanço econômico-social do Brasil, que tem ficado para trás na corrida internacional deste avanço. Carece de estudos aprofundados, que levassem a propostas concretas de solução dos muitos e complexos problemas existentes. Da atual administração não se pode esperar nada, pois é pautada pelo desgoverno.

O presidente que assumir ou reassumir em 2023 terá de se debruçar sobre o problema logo após o resultado da eleição, empenhar-se em buscar um profundo e efetivo diagnóstico do assunto e avançar na execução das mudanças propostas.

Um bom começo seria um documento do Banco Mundial intitulado Um ajuste justo - análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil, que pode ser encontrado buscando esse título no Google. Concluído em 2017, teve a colaboração de dezenas de especialistas, e sugiro que seja consultado por estudiosos do assunto, cidadãos em geral e, particularmente, pelos candidatos a presidente da República e seus assessores.

Creio que esse estudo tenha se perdido por desconhecimento, desinteresse ou falta de empenho do governo que se seguiu, que efetivamente não se pauta por um plano de reestruturação fiscal e tem até contribuído para agravar ainda mais os problemas das contas públicas. O texto tem 160 páginas, lista os membros da equipe do Banco Mundial que o elaboraram, a pedido do governo **Temer**, num trabalho que também contou com especialistas brasileiros e

internacionais, e recebeu comentários de vários integrantes da equipe econômica de então, de outros funcionários do governo federal, de colaboradores do Banco Mundial e de Teresa Ter-Minassian, ex-diretora do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI), em cuja condição participou de várias missões ao Brasil desde a década de 1990 e tratava de questões ligadas ao País.

Para quem não quiser encarar as 160 páginas do texto, uma boa visão vem das 16 páginas iniciais, que abrangem um prefácio, um sumário na forma de índice e um resumo executivo, este com dez páginas.

Alguns trechos destacam a importância do conteúdo: "O principal achado de nossa análise é que alguns programas governamentais beneficiam os ricos mais que os pobres, além de não atingirem de forma eficaz os seus objetivos.

(...) A análise é baseada nas melhores práticas internacionais e na revisão da eficiência dos gastos entre as diferentes entidades e programas governamentais.

Com ela, queremos estimular que os debates considerem não apenas a alocação dos recursos públicos, mas também as premissas que devem nortear os gastos de forma a promover a eficácia nos serviços prestados e igualdade social. (...) é um grande desafio. Abrangerá mais de um mandato presidencial e exigirá um diálogo extenso, incluindo governos subnacionais, movimentos sociais, sindicatos, associações empresariais e muitos outros grupos. Acreditamos que, quanto antes o País iniciar esse debate e enfrentar seus problemas, mais cedo será possível transformar sua realidade e retomar o caminho da prosperidade compartilhada com todos".

O resumo executivo termina com tabela de uma página que sintetiza as opções de políticas públicas para os setores analisados e seu impacto na eficiência, na equidade e no potencial de economia fiscal - este num período que, na data do relatório, se estenderia até 2026. Esse potencial alcançaria 8,36% do **PIB**, um valor expressivo, que dá substância ao termo ajuste que marca o título do documento. Seria um ajuste mesmo.

Para administrar projeto como este, entendo

necessária a recriação do Ministério do Planejamento, cujas atividades passaram ao Ministério da Economia, onde ficam em posição secundária, pois este é muito voltado para o dia a dia das finanças do governo, sem que seu ministro dê a devida atenção a um projeto voltado para um horizonte mais longo, como este que o documento elaborado pelo Banco Mundial propõe.

É indispensável que o novo ou reeleito presidente assumira a liderança do projeto de levar adiante um ajuste como este, num contexto de articulação política em que também cobraria medidas para serem implementadas já no seu mandato.

O objetivo, em última análise, seria o de retirar o Brasil da armadilha da renda média em que caiu a partir dos anos 1980 - da qual até agora não saiu -, em larga medida armada por governos incompetentes que o País teve na maior parte desse período.

Estudo feito pelo Banco Mundial em 2017, a pedido do governo **Temer**, seria um bom começo para presidente que assumir em 2023

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É
CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO
SUPERIOR

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Impactos da guerra nos investidores brasileiros (Artigo)

Samyr Castro

Todos os dias, vemos imagens impressionantes na televisão e nas redes sociais sobre a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o que nos deixa tristes e angustiados. Não podemos acreditar que há pessoas satisfeitas em meio a um conflito destas proporções porque isso seria desumano. Mas infelizmente a paz não está em nossas mãos e só nos resta acompanhar e trabalhar para que esta tragédia nos afete o mínimo possível.

Como investidores, temos o costume e a habilidade de mapear oportunidades para a compra de ações com desconto, a qualquer tempo. Vemos hoje excelentes oportunidades que só existem por causa do novo contexto econômico formado em função da guerra. Para qualquer investidor, é fundamental compreender quais são elas e aproveitá-las, mesmo com a consciência de que seria melhor trocá-las, sem hesitar, por um mundo mais justo e pacífico.

Gostaria de traçar um panorama mundial do que vem acontecendo depois do início do conflito.

A Rússia e a Ucrânia são importantes produtores e exportadores de commodities agrícolas e energéticas. A primeira é o terceiro maior produtor de petróleo, atrás apenas dos EUA e da Arábia Saudita, sendo também o segundo maior produtor de gás natural; já a Ucrânia é o terceiro maior exportador de milho do mundo, e juntos os dois países produzem 30% do trigo mundial.

Sendo assim, o primeiro impacto que enxergamos é nos preços. Desde o início do conflito, observamos o preço do trigo avançar mais de 40%, enquanto o preço do barril de petróleo bateu recordes e ultrapassou a casa dos US\$ 100. O aumento nos valores dessas commodities tende a aprofundar um cenário que já estamos vivenciando por conta da pandemia: o de alta **inflação** em praticamente todos os países.

Nos Estados Unidos, por exemplo, acompanhamos o índice de preços ao consumidor chegar a 7,9% em fevereiro, a maior variação em quase 40 anos. Um dos principais responsáveis por isso é justamente o aumento no preço da gasolina, que é impactada pelo valor do petróleo. Como resultado do aumento, os bancos centrais podem ser pressionados a aumentar

ainda mais as taxas de juros para ancorar as expectativas de **inflação**, o que tende a impactar as bolsas mundiais.

Além disso, a bolsa brasileira é fortemente exposta a commodities. Por exemplo, 36% do índice Ibovespa é formado por empresas ligadas a esse setor. Por essa razão, em curto prazo, o mercado brasileiro pode ser beneficiado pelo aumento dos preços internacionais desses produtos. Ademais, por também ser um país emergente e estar geograficamente distante do conflito, o Brasil pode contar com um maior fluxo de capital estrangeiro vindo de investidores que diminuem sua alocação na Rússia.

Vale lembrar que, por isso, o Brasil vem sendo economicamente favorecido no cenário global com as sanções do Ocidente à Rússia. Uma das iniciativas para atrair o fluxo de capital estrangeiro para o país e, assim, controlar o câmbio e reduzir o impacto da **inflação** é a isenção do Imposto de Renda sobre **aplicações** de investidores estrangeiros em títulos privados de empresas brasileiras, anunciado em 1º de março.

Grande parte das empresas na bolsa brasileira são commodities e, para elas, o impacto foi positivo por causa da escassez. No mercado agro, o preço dos grãos já sofre impacto: soja, milho e trigo, por exemplo, estão subindo no mercado à vista e no mercado futuro. No Brasil, o mercado de commodities é bastante desenvolvido e o país pode até mesmo substituir a Rússia no fornecimento para países que cortaram as relações comerciais.

É necessário acompanhar tudo de perto; conforme a guerra avança, vários setores podem ser atingidos. A dica é diversificar e acompanhar, pensar em longo prazo e levar em conta que a carteira sempre precisa de ajustes.

Samyr Castro, CEO do Bank Rio e Conselheiro Invest Smart

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/04/2022/p1>

Sem taxa extra para as contas de luz

MAIS INFORMAÇÕES NA PÁG. B2

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A inflação global aponta para recessão - CELSO MING



CELSO MING

Surpresa para os analistas: em todo o mundo a **inflação** dispara. Na maioria dos países avançados, a **inflação** anual saltou para próximo ou acima dos 5% (veja a tabela), mais de 3 pontos percentuais acima das metas estabelecidas. E, na maioria dos países em desenvolvimento, foi para além dos 7%.

Os bancos centrais vêm sendo cobrados para agir com rigor e isso terá consequências.

Alguns analistas já dão como inevitável um período de dura recessão global.

Três são as causas principais desse estouro dos preços. Houve a desorganização dos fluxos de produção e distribuição pela pandemia que puxou pelos custos. A partir do fim de fevereiro, a guerra da Ucrânia lançou para o alto os preços do petróleo e dos alimentos, movimento que não tem prazo para acabar. A esses dois fatores somou-se outro, desta vez de demanda, que foi o forte crescimento do consumo, que o sistema produtivo atende apenas em parte, porque falta muita coisa: peças, chips, fertilizantes, combustíveis...

Em março de 1980, o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), dirigido então pelo economista Paul Volcker, decidiu enfrentar a **inflação** de custos, produzida pelo choque do petróleo, com juros inéditos até então, de 20% ao ano. A recessão foi implacável, o desemprego deu um salto, mas, aos poucos, a **inflação** saiu derrotada. A economia do Brasil, então altamente endividada em moeda estrangeira, não suportou a disparada dos juros e quebrou. E foram aquelas crises intermináveis.

Ninguém espera uma pancada nos juros como a de Paul Volcker. Mas ficou inevitável aplicar certa dose desse remédio.

Perguntas: quanto a economia global terá de suportar em recessão e quais seriam as consequências políticas?

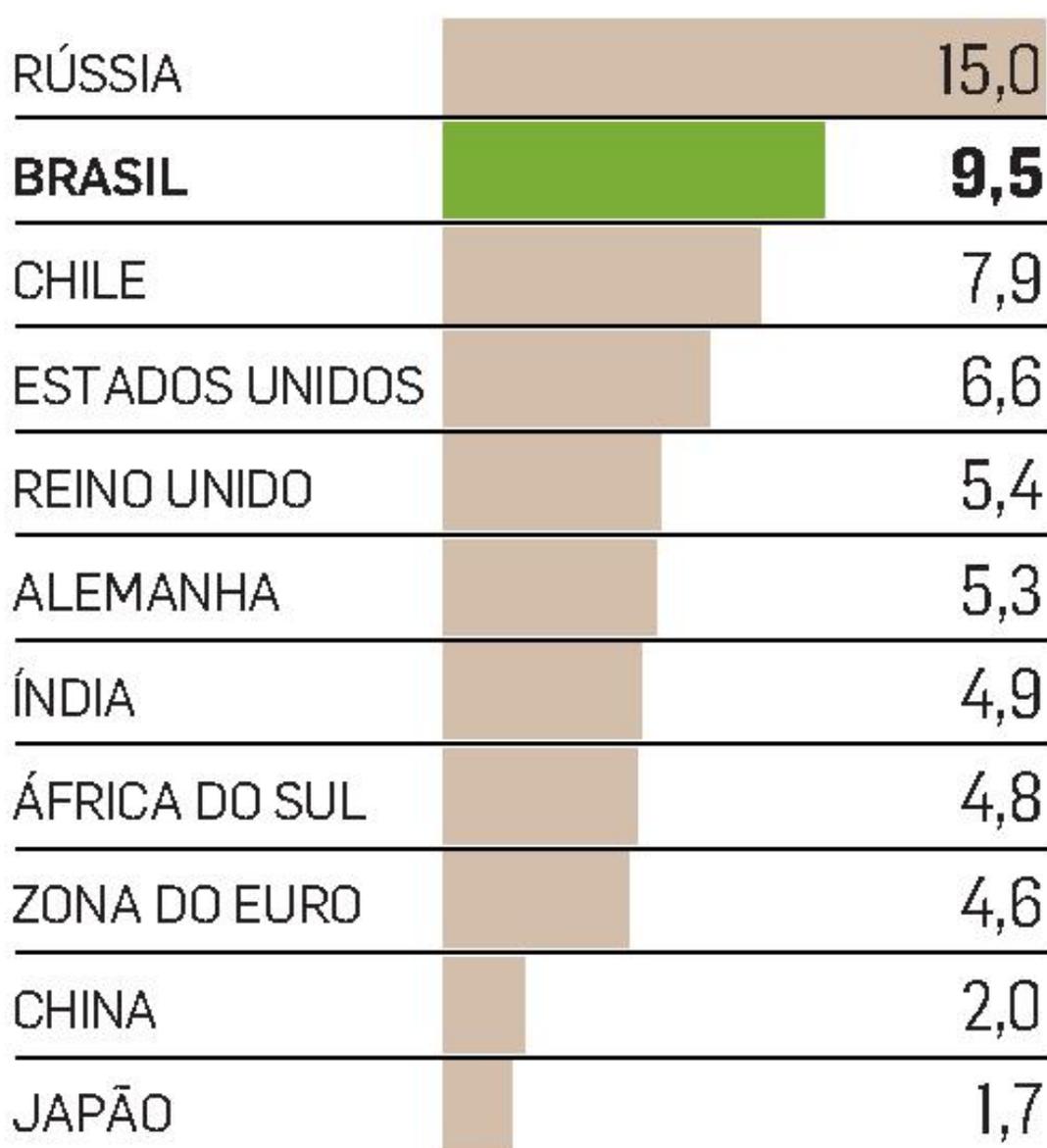
A principal incógnita dessa equação é o desdobramento da guerra da Ucrânia. A União Europeia decidiu suspender as importações de carvão mineral da Rússia. Mas poderá ir além nas suas sanções. Aumentam as pressões para que pare de importar também petróleo e gás natural, principais exportações da Rússia. A Europa, principalmente Alemanha e Itália, é altamente dependente do suprimento de gás e petróleo da Rússia. Se a decisão for essa, será inevitável forte racionamento de combustíveis e de energia elétrica que, por si só, empurraria a economia mundial para a recessão. Poderia vir acompanhada de mais **inflação** na medida em que os preços do petróleo e do gás também disparariam.

Enfim, tudo contado, estão à frente mais incertezas entre o céu e a terra do que sonha nossa vã filosofia, como diria o dramaturgo, William Shakespeare

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PRESSÃO INFLACIONÁRIA

PROJEÇÃO PARA INFLAÇÃO EM 2022,
EM PORCENTAGEM



FONTE: THE ECONOMIST/HAVER ANALYTICS

Com medida, FGV vê queda de inflação em maio

O fim da bandeira extraordinária deve levar a uma desaceleração da **inflação** em maio. Em 2021, a economia foi impactada pelos sucessivos aumentos na conta de luz. A criação do patamar extraordinário e outras medidas com custos bilionários adotadas pelo governo foram responsáveis por pressionar os preços da energia, que fecharam 2021 com alta de 21,21%.

O economista André Braz, do Ibre-FGV, afirma que o impacto da bandeira verde será absorvido já em maio. "A mudança vai trazer uma redução destacada no preço da energia elétrica e um efeito grande na **inflação** média, que pode até ser negativa. A previsão é de um IPCA médio de -0,20% em maio", disse. "É um efeito nacional, todas as cidades vão registrar o movimento ao mesmo tempo, diferente dos reajustes das distribuidoras, que acontecem em datas diferentes." Para o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, qualquer redução na energia tem impactos positivos na **inflação**, mas isso é um movimento pontual. "É um alívio, mas não suficiente para tirar a **inflação** da trajetória de alta que vem sendo observada nos últimos meses", disse, acrescentando que outros componentes podem fazer com que os preços desacelerem em maio, como o valor do dólar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A pandemia de inflação (Editorial)



Uma nova pandemia, com preços em disparada e mais desarranjos nos mercados, assola o mundo capitalista e espalha o temor de entraves maiores ao consumo, à produção e ao emprego. A expectativa de um rápido aumento de juros nos Estados Unidos assusta os investidores e afeta os negócios em bolsas. A **inflação** pode ser uma doença devastadora, mas o remédio mais comum, o aperto monetário, também amedronta e pode doer muito. O Brasil, um dos países mais afetados pelo desajuste dos preços, já enfrenta o desconforto de uma terapia severa, mas sem perspectiva, por enquanto, de uma firme recuperação.

A **inflação** anual chegou a 7,7% em fevereiro, no conjunto de 39 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Foi a taxa mais alta desde dezembro de 1990. Essa taxa foi em grande parte puxada pela alta de preços na Turquia, de 54,4%. Mas o conjunto tem sido afetado também pela **inflação** nos Estados Unidos, onde a alta anual dos preços ao consumidor bateu em 7,9%, a maior variação desde janeiro de 1982. Alimentos e energia são os itens mais vistosos no painel inflacionário, mas, descontados esses componentes, as taxas de **inflação** continuam elevadas: 6,4% nos Estados Unidos, 4,6% no Reino Unido, 4,4% nos sete maiores países capitalistas e 5,5% na OCDE.

Não há mistério nesses números. A onda inflacionária decorre, em grande parte, de dois desastres. O primeiro, a pandemia de covid-19, prejudicou a oferta de matérias-primas e de insumos de origem industrial,

como os semicondutores, e desarranjou os transportes.

O segundo, a invasão da Ucrânia, afetou os mercados de petróleo, gás, fertilizantes e de trigo e milho.

Além disso, o mundo sofre os efeitos de uma enorme expansão monetária no mundo rico, especialmente nos Estados Unidos. Essa inundação de dinheiro, com forte efeito inflacionário, começou como reação à crise financeira de 2008 e cresceu a partir da retração econômica deflagrada pela pandemia de covid-19.

O Brasil enfrenta os efeitos de todos esses fatores, além das consequências dos problemas climáticos internos e, em qualquer circunstância, da insegurança econômica e da instabilidade cambial causadas pelos arroubos e arranjos do presidente Jair Bolsonaro. Ativos baratos para os estrangeiros e juros muito altos têm atraído dinheiro de fora. Por isso o dólar se depreciou em relação ao real nos últimos meses, mas o câmbio continuará sujeito, nos próximos tempos, ao comportamento do presidente Bolsonaro, empenhado na busca da reeleição e vulnerável aos interesses do Centrão.

Os juros básicos devem subir de 11,75% para 12,75% na reunião de maio do Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central, e deverão continuar muito altos por longo tempo. Se os juros nos Estados Unidos subirem mais velozmente, como têm sinalizado autoridades monetárias americanas, as possibilidades de afrouxamento no Brasil ficarão mais limitadas.

O País continuará afetado, por um bom período, tanto pela pandemia da **inflação** quanto pela terapia desconfortável.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fed indica alta de 0,5 ponto dos juros e mexe com dólar e Bolsas

MATHEUS ANDRADE, GABRIEL BUENO DA COSTA, ILANA CARDIAL, LETÍCIA SIMIONATO e FRANCINE DE LORENZO, COM INFORMAÇÕES DA EFE

O Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) está inclinado a aumentar as taxas de juros de forma mais agressiva, com altas de meio ponto porcentual como forma de combater a **inflação**.

A ata da mais recente reunião de política monetária, publicada ontem, revela que a maioria dos diretores do BC americano indicou que "um ou vários" aumentos de meio ponto podem ser "adequados" nos próximos meses.

O primeiro aumento de meio ponto porcentual, de acordo com o documento, poderia ser adotado já na próxima reunião do órgão, prevista para os dias 3 e 4 de maio.

O anúncio mexeu com o mercado financeiro. No Brasil, a moeda americana chegou a bater em R\$ 4,7225, para fechar em R\$ 4,7147, com alta de 1,19%. As Bolsas de valores também foram afetadas pela sinalização dada pelo Fed. Nos EUA, a Nasdaq recuou 2,22%, enquanto o Dow Jones registrou queda de 0,42%. Já a Bolsa brasileira fechou o dia com retração de 0,55%, em 118,2 mil pontos.

Na semana, queda vai a 2,75%.

"A ata deixou bem clara a postura 'hawkish' (favorável a um aperto monetário) do BC americano ao longo dos próximos meses, descartando ritmo cauteloso de alta de juros", disse Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos.

A meta dos juros de referência dos EUA está hoje entre 0,25% e 0,50% ao ano. Na última reunião de política monetária, em 15 de março, o Fed há havia subido os juros em 0,25 ponto porcentual - o primeiro aumento desde 2018. Antes desse aumento, as taxas passaram dois anos em níveis próximos de zero para tentar mitigar os efeitos da pandemia na economia.

O Índice de Preços ao Consumidor nos Estados Unidos, principal indicador de **inflação** do país, subiu em fevereiro para 7,9%, o que representou o registro mais alto dos preços desde o início de 1982.

BALANÇO PATRIMONIAL.

Os dirigentes do Fed concordaram que seria apropriado também iniciar um processo de redução do balanço patrimonial após a próxima reunião de política monetária, em maio - o que deve tirar liquidez do mercado e criar mais pressão sobre as moedas de países emergentes.

De acordo com a ata, todos os dirigentes concordaram com um ritmo mais rápido de declínio nas posses de títulos do que no período entre 2017 e 2019.

"Os dirigentes concordaram que os limites mensais de cerca de US\$ 60 bilhões para títulos do Tesouro e cerca de US\$ 35 bilhões para os MBS (títulos de hipotecas) provavelmente seriam apropriados. Os dirigentes também concordaram em geral que os limites poderiam ser implementados em um período de três meses ou um pouco mais, se as condições de mercado assim o justificarem", diz o texto.

Volatilidade

2,75% é a queda acumulada pela Bolsa de Valores brasileira na semana. Avanço no ano foi reduzido para 12,79%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Risco de alta maior de juros nos EUA faz dólar subir forte

VITOR DA COSTA vitof.santos@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Desemprego abaixo de 10% nem em 2026, diz Ibre

Anais Fernandes De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187185

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187185

Pressão global leva bancos a nova onda de revisões para cima no IPCA

Colaborou Rafael Vazquez)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187185

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187185

Federal Reserve buscará aperto maior e mais rápido (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187185

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187185